AS CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS DO CONTROLE IDEOLÓGICO DAS MULHERES NO SISTEMA CAPITALISTA

MARIA FERNANDA VICENTE NOGARA DE MENEZES[1];
BEATRIZ HELENA CECCATO[2]

[1]*Universidade Federal do Paraná – mfernanda.nogara@gmail.com*
[2]*Universidade Federal do Paraná – beatriz.ceccato@ufpr.br*

Resumo: Esta produção teórica busca compreender as consequências subjetivas do controle ideológico capitalista nas mulheres à luz da Economia Política Crítica e da Psicanálise. Parte-se da compreensão de que a sociedade capitalista, organizada a partir da divisão em classes, depende da exploração do trabalho feminino, tanto produtivo quanto reprodutivo, para garantir a reprodução da força de trabalho e a ampliação das taxas de lucro. Nesse sentido, analisam-se os mecanismos de controle e sequestro da subjetividade mobilizados pelas organizações capitalistas para reduzir as resistências da classe trabalhadora, bem como a violência objetiva inscrita no discurso capitalista enquanto forma de domesticação da subjetividade. Além disso, discute-se a instrumentalização do supereu enquanto instância mediadora entre os laços sociais capitalistas e os processos de culpa, sofrimento e melancolização das mulheres. Conclui-se que essas formas de sofrimento não podem ser compreendidas de maneira individualizante, mas como expressão das contradições estruturais do capitalismo e de seus dispositivos ideológicos de exploração.
Palavras-chave: psicanálise; capitalismo; supereu; trabalho; gênero.

Introdução

Essa produção teórica se propõe a analisar criticamente os dispositivos de controle ideológico mobilizados sobre as mulheres no modo de produção capitalista (MPC), considerando especialmente a necessidade de legitimar moral e subjetivamente a dupla exploração a que somos submetidas. Parte-se, nesse sentido, da compreensão de que o capitalismo depende fundamentalmente da exploração do trabalho feminino, especialmente do trabalho reprodutivo não remunerado, historicamente naturalizado como atributo das mulheres (Federici, 2017). É justamente essa apropriação invisibilizada do cuidado, da manutenção doméstica e da reprodução da vida que possibilita a existência de uma força de trabalho barata e funcional aos interesses do Capital (Federici, 2017). Nessa lógica, tendo em vista as necessidades concretas das classes dominantes de maximizar progressivamente as taxas de lucro, é natural que o Capital desenvolva dispositivos ideológicos que promovam a manutenção dessa lógica de dominação e exploração através da disputa política da consciência do conjunto da força de trabalho, a exemplo das técnicas de controle e sequestro da subjetividade (Faria, 2017). Sob esse viés, essa forma de funcionamento do capitalismo impõe às mulheres — especialmente às mulheres mais pobres — dinâmicas concretas geradoras de sofrimento, marcadas pela acumulação de jornadas de trabalho produtivo e reprodutivo, como ilustra a narrativa de Carolina Maria de Jesus:

> "16 DE JULHO
> Levantei. Obedeci a Vera Eunice. Fui buscar água. Fiz o café. Avisei as crianças que não tinha pão. Que tomassem café simples e comesse carne com farinha. Eu estava indisposta,

> resolvi benzer-me. Abri a boca duas vezes, certifiquei-me que estava com mau olhado. A indisposição desapareceu sai e fui ao seu Manoel levar umas latas para vender. Tudo quanto eu encontro no lixo eu cato para vender. Deu 13 cruzeiros. Fiquei pensando que precisava comprar pão, sabão e leite para a Vera Eunice. E os 13 cruzeiros não dava! Cheguei em casa, aliás no meu barracão, nervosa e exausta. **Pensei na vida atribulada que eu levo. Cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta.** A Vera não tem sapatos. E ela não gosta de andar descalça. Faz uns dois anos, que eu pretendo comprar uma máquina de moer carne. E uma máquina de costura." (Jesus, 2014, p. 10, grifo nosso)[1]

A narrativa descrita em *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*, ainda, não se restringe à experiência individual da autora. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que as mulheres brasileiras dedicam, em média, 21,3 horas semanais ao trabalho doméstico e de cuidados, o que corresponde a quase uma jornada parcial de trabalho. Entre os homens, esse número cai para 11,7 horas semanais. Além disso, embora as mulheres, na prática, trabalhem mais, são também as mais vulneráveis à pobreza: 32,3% das mulheres brasileiras vivem abaixo da linha da pobreza, enquanto entre os homens essa taxa é de 30,9%. O quadro torna-se ainda mais alarmante quando se observa o recorte racial, já que 41,3% das mulheres negras e pardas encontram-se nessa condição (IBGE, 2021).

É diante desse cenário que se intensifica a preocupação — e também a necessidade — de desenvolver produções científicas comprometidas com a compreensão crítica de um fenômeno tão importante e prevalente na realidade brasileira. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo geral compreender, à luz da Economia Política Crítica e da Psicanálise, as consequências subjetivas do controle ideológico capitalista sobre as mulheres. Para isso, os objetivos específicos envolvem: a. compreender o controle ideológico como instrumento para manutenção do trabalho reprodutivo e da dupla jornada de trabalho feminina; b. relacionar a manipulação da violência objetiva como forma de domesticar a subjetividade das mulheres; c. descrever o supereu enquanto instância mediadora do controle ideológico na subjetividade.

O capitalismo e o controle da subjetividade

O capitalismo é, fundamentalmente, um sistema econômico cujo principal objetivo é a produção de lucro (Marx, 2013). Em oposição a uma lógica orientada pela valorização da vida, as relações de produção capitalistas organizam-se a partir da necessidade de acumulação contínua de capital. Nesse contexto, a classe dominante (os capitalistas) investe recursos nos meios de produção e na força de trabalho – que, uma vez inseridos nessa lógica, ganham a forma de capital – com o objetivo único de produzir mercadorias e ampliar o capital inicialmente investido por meio da obtenção de lucro. Marx esquematiza esse ciclo de acumulação do capital na fórmula $D - M - D'$ (2013). Dessa maneira, a existência do capitalismo enquanto sistema econômico está umbilicalmente ligada à geração de lucro: o capital só existe na medida em que se multiplica através da exploração da força de trabalho. Além disso, é importante salientar que a valorização do capital se dá apenas com a cristalização do trabalho humano e, portanto, com a extração da mais valia do conjunto da

[1] Optou-se por manter determinadas particularidades linguísticas e construções presentes nos trechos citados, em respeito à forma de escrita original da autora.

força de trabalho (Marx, 2013). Considerando, assim, a dependência do funcionamento do capitalismo na geração de lucro, é importante demarcar que a intensificação da exploração da classe trabalhadora não se deve à ganância ou à insensibilidade deste ou daquele capitalista, mas sim ao funcionamento de uma lógica mercadológica própria do capital (Harvey, 2011). Em um mercado competitivo, por exemplo, o burguês que deixa de explorar a força de trabalho tende a ser suprimido pela concorrência de outras organizações, o que pode levá-lo à falência e, consequentemente, à perda de sua própria condição enquanto burguês.

É justamente nesse sentido que surge a necessidade dos capitalistas de expandir progressivamente as taxas de lucro, seja através do aumento da exploração da mais-valia absoluta, ampliando as jornadas de trabalho, seja pela extração de mais-valia relativa, através da reorganização tecnológica e social da produção (Marx, 2013). Nesse contexto, uma das principais estratégias para expandir a mais-valia relativa é a divisão social do trabalho entre produtivo e reprodutivo: o trabalho produtivo, reconhecido e remunerado sob a forma de salário, passa a ser majoritariamente atribuído aos homens, enquanto o trabalho de reprodução da vida, como a alimentação, o cuidado com as crianças e a manutenção do espaço doméstico, é relegado às mulheres, sendo desvalorizado, não remunerado e invisibilizado (Federici, 2017). Todavia, o fato de essa divisão do trabalho ter ocorrido durante o período da acumulação primitiva do capital não significa que as mulheres, em especial as mulheres proletárias, tenham sido "libertas" do trabalho produtivo nas fábricas e organizações. Na realidade, ao mesmo tempo em que cumprem jornadas exaustivas de trabalho para o Capital, frequentemente recebendo salários inferiores aos dos homens, também permanecem responsáveis pelo trabalho reprodutivo em seus lares, configurando uma dupla jornada de trabalho:

> A separação entre produção e reprodução criou uma classe de mulheres proletárias que estavam despossuídas como os homens, mas, diferentemente de seus análogos masculinos, quase não tinham acesso aos salários, numa sociedade que estava cada vez mais monetizada, sendo forçadas à condição de pobreza crônica, à dependência econômica e à invisibilidade como trabalhadoras. (Federici, 2017, p. 134, grifos nossos).

Foi justamente essa divisão entre o trabalho masculino e produtivo e o feminino reprodutivo que propiciou as condições concretas para a implementação progressiva da política da desvalorização da força de trabalho e enxugamento dos salários por parte dos ricos: se agora a reprodução da vida não é mais um trabalho a ser remunerado, os salários podem também ser colocados em uma queda de preços (Federici, 2017).

É verdade, conforme apresentado acima, que, historicamente, coube às mulheres a tarefa da reprodução da força de trabalho de forma não remunerada e invisibilizada. Todavia, isso não exclui o fato de que as mulheres sempre foram uma parte determinante da força de trabalho capitalista desde a revolução industrial (Engels, 2010). O processo de divisão social do trabalho não refletiu, novamente, na "libertação" da mulher da exploração Capital, mas, pelo contrário, significou a acumulação de jornadas, como exemplifica o relato coletado por Engels e exposto em "*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra"*:

> "M. H., de 20 anos, tem duas crianças, a mais pequena 6, um bebê que é guardado em casa pelo outro um pouco mais velho; vai para a fábrica de manhã, pouco depois das 5 horas, e volta às 8 horas da tarde. Durante o dia, o leite corre-lhe dos seios ao ponto dos vestidos se molharem." (Engels, 2010, p. 188)

Dessa forma, consideramos as mulheres não apenas como donas de casa, mas também como trabalhadoras inscritas em uma lógica capitalista que tem como objetivo sempre alcançar lucros cada vez maiores.

Esses processos de exploração e dominação, entretanto, não se dão de forma pacífica, como se fossem uma transposição mecânica da lógica do Capital para a sociedade como um todo. Na verdade, a submissão das forças produtivas se constitui a partir da imposição de determinadas formas privatizadas de relações sociais sobre um conjunto de trabalhadoras [2]que não adere espontaneamente a essas dinâmicas, sendo esse processo constantemente atravessado por tensões, resistências e contradições inerentes à luta de classes (Marx, 2013). . Portanto, o modo de produção capitalista necessita impor suas relações sociais, narrativas e discursos sobre os laços sociais emancipatórios construídos pelos movimentos de resistência à exploração, os quais se fundamentam em vínculos coletivos, solidariedade e experiências compartilhadas (Faria; Walger, 2025).

Sob esse contexto histórico, o Capital, representado pelas organizações privadas empreendem um esforço planejado em difundir os seus valores, desejos e sonhos sobre a subjetividade das trabalhadoras, em especial sobre os elementos do nosso psiquismo que podem objetivar-se na produção de valor ou lucro para o Capital (Faria, Walger, 2025). Por esse ângulo, o controle da subjetividade surge como uma estratégia da classe dominante de controlar o processo produtivo como um todo, ao passo em que é necessário minimizar a resistência do conjunto das trabalhadoras para potencializar a eficiência da produção. Essa forma de controle, por exemplo, está presente desde a organização ford-taylorista do trabalho, em que a vigilância, o controle de movimentos e a imposição de ritmos significa necessariamente a suspensão dos modos subjetivos do indivíduo cumprir as suas funções. Para além do controle de movimentos, o próprio Taylor já sinalizava que o processo de seleção e alocamento das trabalhadoras deveria levar em conta os aspectos subjetivos do funcionário, considerando em que medida ele se identificava com os valores da empresa (Faria, 2017). Posteriormente, com o desenvolvimento das forças produtivas e das novas formas de organização do trabalho, o Capital passou a elaborar mecanismos cada vez mais sofisticados de controle da subjetividade das trabalhadoras, ao reconhecer que as relações interpessoais no ambiente laboral influenciam diretamente a produtividade. Nesse contexto, especialmente com a consolidação do toyotismo, as organizações passaram a estruturar equipes de trabalho dotadas de relativa autonomia, mas, simultaneamente, atravessadas por dinâmicas competitivas. Concomitantemente, difundiram-se programas de gestão voltados à mobilização afetiva e subjetiva das trabalhadoras, buscando promover sua identificação emocional com a empresa por meio de estratégias como gestão por competências, incentivo ao *fit* cultural e valorização da adesão ao chamado "DNA organizacional" (Faria, 2017). Com essas estratégias, o capital instrumentaliza justamente o que há de mais humano em nós: apropria-se das relações afetivas, substituindo seu conteúdo formado por variáveis específicas dos sujeitos e imprime o laço social que reproduz o discurso da organização (Faria, Walger, 2025). Com isso, assume o monopólio da sedução da vida da trabalhadora, que passa a

[2] Ao longo deste trabalho, utiliza-se predominantemente o termo "trabalhadoras" em razão de o objeto de análise centrar-se nas mulheres e nas formas específicas de exploração e controle ideológico que as atravessam. Todavia, essa escolha não implica a exclusão dos homens da análise, especialmente considerando que as dinâmicas de exploração, alienação e sofrimento produzidas pelo modo de produção capitalista também incidem sobre o conjunto da classe trabalhadora, ainda que de maneiras distintas.

assumir os ideais da empresa como seus. Portanto, sem maiores resistências, as organizações pretendem

> ter acesso a mais do que a força de trabalho adquirida por um equivalente de valor em um tempo de trabalho disponível contratado: pretende ter comando (e o controle) sobre a vida plena do trabalhador, apropriar-se ideologicamente também de seu tempo livre, tornar-se a única referência existencial, detendo o monopólio de sua sedução (Faria, 2017, p. 70).

Em conclusão, em face dos constantes tensionamentos gerados pela luta de classes, o MPC investe em dispositivos para controlar o conjunto das forças produtivas, seja objetiva ou subjetivamente. Um desses exemplos é o controle e sequestro da subjetividade, que consistem em técnicas planejadas pelas organizações capitalistas para aumentar as taxas de lucro minimizando as resistências (Faria, 2017).

A instrumentalização do supereu no controle ideológico

Por mais que o conceito de sequestro da subjetividade não englobe diretamente a instrumentalização do supereu, é possível estabelecer aproximações entre esse conceito e as elaborações teóricas propostas por Silva (2023), Zizek (2008) e Safatle (2017; 2020), de modo a ampliar as ferramentas analíticas voltadas à compreensão da sobreposição entre as dinâmicas de controle ideológico presentes tanto no processo produtivo quanto no trabalho reprodutivo. Essa aproximação vem principalmente no sentido de reconhecer que, por mais que os dispositivos de disputa ideológica da consciência operem de formas diferentes, o sujeito que aparece em sofrimento ou em adoecimento é um só, e vive os diversos marcadores sociais de forma única.

Considerando essa ressalva e a natureza baseada na exploração própria do capitalismo já discutida, as classes dominantes marcam um *discurso*, ou seja, um modo de relacionamento social que, antes da fala ou das ações, ordena e regula o vínculo entre os sujeitos (Coelho, 2006). O discurso, por sua vez, é fixado e direcionado pelo Significante mestre (S1) que, segundo Zizek (2008), acolchoa o campo do simbólico. No capitalismo, a mercadoria assume a função do S1, mediando todas as relações através da lente da propriedade privada e da lógica propriamente mercadológica (Darriba; Escragnolle, 2017). Diante disso, único laço social que pode emergir desse discurso é empobrecido e pautado na fetichização da mercadoria: “as relações entre pessoas se tornaram relações materiais (relações entre coisas) e as relações entre mercadorias e tecnologias se tornaram relações sociais” (Marx, 2013, apud Faria; Walger, 2025).

Esse laço social especificamente capitalista favorece a determinação de relações violentas através do seu mecanismo de coisificar os seres humanos, transformando os sujeitos em recursos e mercadorias, em última instância. Nesse sentido, o sofrimento e a promoção da qualidade de vida deixam de ser prioridade no MPC. A Reforma Trabalhista de 2019 é um exemplo, dentre diversos outros, dessa face do funcionamento do Capital: ao passo em que reverte a conquista de diversos direitos trabalhistas historicamente conquistados que promovem a saúde, prioriza o lucro e a amplificação da exploração das forças produtivas por parte da burguesia (Antunes, Praun, 2019). Essa organização social dirigida pela lógica mercadológica produz, estruturalmente, consequências que ferem a dignidade do ser humano sem precisar de um agressor físico. Na verdade, como a Reforma Trabalhista, opera de forma anônima e é vendida como parte do funcionamento normal das estruturas sociais sob a

narrativa de que enquanto alguns podem viver uma vida digna, outros, pela simples ordem natural das coisas, não podem vivê-la. Essa forma de violência anônima é categorizada por Zizek (2008) enquanto a violência objetiva, que, inscrita no discurso capitalista, é naturalizada. Como um ciclo vicioso, o conjunto formado pelos laços sociais capitalistas e pela violência que permeia a vida sob o MPC retroalimenta a lógica que gera sujeitos e relações sociais empobrecidas e fetichizadas.

Esse tipo de laço social, inevitavelmente, produz determinados tipos de sujeitos consonantes com suas estruturas e características. Neste trabalho, o foco recai especificamente sobre a instância do supereu, sob o entendimento de que ela constitui o principal ponto de articulação entre as estruturas sociais de exploração e a subjetividade. Ou seja, é o representante da política no interior do inconsciente (Balibar, 2011, apud Safatle, 2020). Lacan (2005) situa a origem do supereu na vida do sujeito a partir do contato com a voz do Outro, geralmente encarnada na figura responsável pelos cuidados do bebê, que, através de suas expectativas e projeções, impõe um S1 que, ao mesmo tempo em que inaugura o processo de constituição identitária do sujeito, também o aprisiona em imperativos do tipo "seja assim". Essa voz é incorporada pelo bebê sob a forma de um imperativo. Diante disso, o supereu constitui-se para o sujeito como o resíduo das primeiras identificações com o Outro, a partir de onde ele forma as suas fantasias em relação ao amor, seja em amar ou em ser amado. Nesse sentido, justamente por tratar-se do resto referente ao desejo do Outro que o sujeito não foi capaz de traduzir em linguagem, o supereu recai na ordem do Real, assumindo imperativos de um gozo absoluto e, portanto, da pulsão de morte (Silva, 2023):

> Assim, parece interessante uma construção em que o supereu se coloque como resíduo mediador entre laço social e pulsão de morte. Se é no laço social com o Outro, mediado pelo discurso, que o sujeito pode advir, é também aí que pode aprisionar-se a partir dos imperativos categóricos do supereu, que é pura pulsão de morte e, portanto, gozo absoluto. (Silva, 2023, p.26)

Nesse raciocínio, o supereu organizado no laço social próprio do capitalismo assume o *mais-de-gozar* – compreendido enquanto o gozo que permanece retido no sistema psíquico – enquanto um imperativo que impõe ao sujeito uma busca incessante por uma satisfação absoluta que é vendida enquanto algo que pode ser comprado ou acumulado em uma lógica mercadológica (Silva, 2023). Esse imperativo manifesta-se para o sujeito como uma voz ensurdecedora que o fixa em uma posição silenciosa de assumir para si o discurso capitalista e assumir a tarefa de satisfazer todas as necessidades do Capital sob a ameaça da substituição e da perda das suas condições de subsistência. Sendo agora porta-voz desse discurso, a trabalhadora toma para si a culpa de possuir limites humanos e ser incapaz de conquistar esse gozo absoluto prometido pelo MPC que, na verdade, existe apenas em um lugar hipotético do que idealizamos do Outro, lugar esse sustentado inclusive com muito investimento ideológico da classe dominante (Silva, 2023).

Outro ponto importante da operação do supereu na subjetividade é que essa estruturação específica do MPC situa-se em um sistema econômico que, estruturalmente, é incapaz de suprir as necessidades humanas, seja as referentes à manutenção de uma vida digna ou as produzidas pela lógica mercadológica do capitalismo. Nesse contexto, o sujeito novamente toma para si a culpa e a responsabilidade de ser confrontado com a discrepância entre as promessas do capitalismo e as dinâmicas de insuficiência de sua realidade (Safatle, 2016). Assim surgem sentimentos potentes de incapacidade, fracasso e culpa, constituintes do

processo de melancolização, que submete e silencia o sujeito frente à incapacidade do MPC de suprir as suas necessidades:

> "as identificações nas quais o poder político se assenta agem produzindo em nós melancolia, fazendo-nos ocupar uma posição necessariamente melancólica. É possível dizer que o poder nos melancoliza e é dessa forma que ele nos submete. Essa é sua verdadeira violência, muito mais do que os mecanismos clássicos de coerção e dominação pela força, pois trata-se aqui de violência de uma regulação social que leva o Eu a acusar a si mesmo em sua própria vulnerabilidade e a paralisar sua capacidade de ação." (Safatle, 2016, p.50)

A maternidade ilustra de maneira particularmente expressiva a forma como essa dinâmica superegoica opera sobre as mulheres, em especial quando nos referimos ao trabalho reprodutivo. Marcada historicamente por fortes mecanismos ideológicos de controle, ela é frequentemente atravessada por sentimentos de culpa (Pereira; Tsallis, 2020), justamente porque os parâmetros impostos pelo capitalismo e pelo patriarcado colocam-na simultaneamente como obrigação moral, ápice da realização feminina e promessa de felicidade absoluta (Silva et al., 2020). Assim como na lógica do *mais-de-gozar* (Silva, 2023), produz-se a exigência incessante de uma maternidade perfeita, plenamente satisfeita e integralmente dedicada ao cuidado. Diante da impossibilidade concreta de corresponder a esse ideal inalcançável, o supereu passa a culpar o Eu por sua incapacidade de atingir essa plenitude, convertendo o sofrimento socialmente produzido em culpa individualizada e no mutismo do sujeito. Além disso, exige-se das mães, que, vale lembrar, são também trabalhadoras sujeitas a escalas duras de trabalho e a condições precárias de vida, um cuidado com os filhos que envolve energia e recursos ilimitados, abnegação, e sacrifício total de si mesma; e qualquer insuficiência em cumprir com esses parâmetros é tido quase como uma psicopatia de uma mãe que não ama seu filho (Silva et. al, 2020). Entretanto, devido a fatores próprios do sistema capitalista, é impossível dar esse cuidado idealizado a uma criança sendo parte da classe trabalhadora: como dedicar atenção ininterrupta aos filhos se a maioria dos lares dependem financeiramente dos salários tanto do pai quanto da mãe? Isso sem considerar a quantidade expressiva de lares chefiados apenas por mulheres, que cumprem simultaneamente a função de prover e cuidar. Além disso, as mulheres são responsabilizadas individualmente pelo sucesso ou pelo fracasso de seus filhos (Silva et. al, 2020) em uma sociedade em que a parcela da juventude mais pobre, por exemplo, muitas vezes vê apenas no crime uma saída para suprir as necessidades mais básicas da vida, como descrito em "*Quarto de despejo"*:

> "Ela perguntou-me se catar papel ganha dinheiro. Afirmei que sim. Ela disse-me que quer um serviço para andar bem bonita. Ela está com 15 anos. Época que achamos o mundo maravilhoso. Época em que a rosa desabrocha. Depois vai caindo pétala por pétala e surgem os espinhos. Uns cançam da vida, suicidam. Outros passam a roubar." (Jesus, 2014, p.72)

Considerando o exemplo da maternidade, sendo este apenas um dentre vários outros que poderiam ser tomados, percebemos que o supereu atua nas mulheres invertendo contra si mesmas a revolta e a agressividade geradas pela frustração contínua de suas expectativas, tanto aquelas introjetadas a partir de um ideal de mulher perfeita quanto aquelas relacionadas a uma concepção humana de reprodução digna da classe trabalhadora, que envolve direitos básicos como educação, saúde e lazer. O supereu, portanto, atua como uma voz ensurdecedora (Silva, 2023), impedindo que as mulheres percebam a insuficiência do sistema capitalista em

atender às suas necessidades, na medida em que as vozes superegoicas constantemente lhes dizem que, caso não tenham conquistado o *mais-de-gozar*, a culpa é inteiramente delas. Nesse sentido, iniciam-se os processos de melancolização e paralisação do sujeito, nos quais a violência objetiva inscrita nos laços sociais capitalistas domestica e silencia as mulheres, operando como mecanismo de manutenção do trabalho reprodutivo enquanto forma de trabalho não remunerada e socialmente invisibilizada..

Em conclusão, considerando as ressalvas colocadas, para além de estarem sujeitas aos processos de melancolização impostos através do supereu na esfera do trabalho reprodutivo, esse mesmo supereu impõe o imperativo do gozo absoluto quando vemos a mulher também enquanto proletária integrante da força de trabalho do Capital (Silva, 2023). Esse imperativo vociferado pelo supereu ordena que a trabalhadora adeque-se às condições organizativas do trabalho, suspenda os seus desejos e produza de forma dócil sob a promessa de alcançar em algum momento o *mais-de-gozar* (Silva, 2023). Nessa dinâmica, o supereu organizado sob o capitalismo bloqueia o circuito da pulsão invocante, fazendo com que a trabalhadora deixe de comparecer enquanto um *falar-ser* (Silva, 2023). Isso significa que durante o processo de trabalho alienado pelo Capital, a trabalhadora suspende a sua fala, seus desejos e valores e torna-se porta-voz de um discurso que não é seu, mas do Outro (Silva, 2023). Portanto, valendo-se da ilusão do *mais-de-gozar*, o discurso das classes dominantes impulsiona as mulheres a uma busca incessante (Silva, 2023), seja pela superação contínua das metas impostas pela organização do trabalho, seja pela tentativa de construir e sustentar o ideal de uma família perfeita por meio do trabalho reprodutivo. Entretanto, diante de qualquer impossibilidade de corresponder plenamente a essas exigências incessantes, o Eu passa a ser violentamente interpelado pelo supereu através de sentimentos intensos de culpa, insuficiência e impotência. Em situações limite, quando essa dinâmica punitiva já não pode mais ser suportada, o adoecimento psíquico e o sintoma emergem como uma das únicas formas possíveis de romper com o mutismo imposto ao sujeito (Silva, 2023). Em síntese, compreende-se que o controle ideológico sobre as mulheres opera fortemente na própria subjetividade, transformando contradições sociais e formas de exploração em sentimentos individuais de culpa, insuficiência e fracasso. Assim, o supereu atua como mediador da domesticação e do silenciamento do sujeito frente às violências inscritas nos laços sociais capitalistas.

Conclusão

Esse artigo não tem, de forma alguma, o objetivo de esgotar a discussão em relação às consequências subjetivas do controle ideológico das mulheres. Sabemos que a própria natureza da luta de classes sob o capitalismo constroi realidades e narrativas complexas e muito variadas. Todavia, esse trabalho busca delinear alguns mecanismos de culpabilização, individualização e melancolização que paralisam o conjunto das mulheres, contribuindo para o funcionamento do capitalismo, seja através da aderência ao seu discurso ou ao adoecimento que impede a movimentação desse setor da classe trabalhadora.

Esta produção, portanto, permite concluir que, em uma sociedade atravessada pela luta de classes, as classes dominantes desenvolvem estratégias de controle ideológico voltadas à classe trabalhadora, especialmente à sua parcela feminina que, além de participarem diretamente do trabalho produtivo, exercem um papel fundamental na reprodução das forças produtivas. Essa dinâmica se relaciona à necessidade permanente do modo de produção

capitalista de ampliar continuamente suas taxas de lucro. Nesse contexto, são empregadas técnicas de controle e sequestro da subjetividade com o objetivo de incorporar à subjetividade das trabalhadoras a identidade e os valores das organizações privadas (Farias, 2017). Além disso, o próprio discurso capitalista impõe formas privatizadas de socialização que objetificam e sobrecarregam as mulheres através da imposição de suas configurações de laços sociais.

Nesse sentido, a ideologia do MPC infiltra-se na subjetividade a partir da cooptação ideológica do supereu, que, imprimindo valores mercadológicos, direciona as mulheres a uma busca incessante por um prazer absoluto que é sempre postergado e, na verdade, inatingível (Silva, 2023). Esse prazer é sustentado pela ilusão do *mais-de-gozar*, que promete que todo o gozo que permanece retido na nossa consciência será descarregado em um futuro projetado no Outro. Todavia, diante da característica do MPC em prometer o que é impossível e falhar em garantir condições básicas de existência, o supereu penaliza o Eu quando ele é confrontado com o distanciamento entre seus sonhos e a vida que vive.

É verdade, portanto, que as condições de vida das mulheres da classe trabalhadora é adoecedora, seja em suas condições concretas ou em sua condição de individualização e culpabilização individual. Todavia, é importante destacar que o mutismo e a paralisia não são transposições mecânicas. É possível, apesar do sofrimento, construir laços emancipatórios em meio ao capitalismo e sonhar para além da lógica mercadológica.

Referências

ANTUNES, R.; PRAUN, L. A aposta nos escombros: reforma trabalhista e previdenciária — a dupla face de um mesmo projeto. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, Campinas, v. 2, n. 1, 2019.

COELHO, C. M. S. Psicanálise e laço social: uma leitura do Seminário 17. **Mental**, Barbacena, v. 4, n. 6, p. 107-121, 2006.

DARRIBA, V.; D'ESCRAGNOLLE, M. A presença do capitalismo na teoria dos discursos de Lacan. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 543-558, 2017.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FARIA, J. H. de. **Poder, controle e gestão**. Curitiba: Juruá, 2017.

FARIA, J. H. de. A realidade e seu conceito: comentários sobre a crítica ao "sequestro da subjetividade". **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 907-921, 2017.

FARIA, J. H. de; WALGER, C. Mal-estar no laço social capitalista e controle da subjetividade. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 37, e309933, 2025.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

IBGE. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Acessado em: 19 maio 2026. Online. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2014.

LACAN, J. **O seminário, livro 10: a angústia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

PEREIRA, L. C.; TSALLIS, A. C. Maternidade versus sacrifício: uma análise do efeito moral dos discursos e práticas sobre a maternidade comumente engendrados nos corpos das mulheres. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 15, n. 3, p. 1-14, 2020.

SAFATLE, V. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SAFATLE, V. **Introdução a Jacques Lacan**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SILVA, S. L. da. **Ensurdecimento das vozes do supereu na clínica lacaniana do trabalho**. 2023. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Universidade de Brasília, Brasília.

SILVA, A. P. de O.; SILVA, A. V. da; SOUSA, M. E. F. de; et al. A idealização da maternidade perfeita e seus impactos na saúde mental das mães contemporâneas: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 13, n. 6, e8413645962, 2024.

ŽIŽEK, S. **Violência: seis reflexões laterais**. São Paulo: Boitempo, 2008.